

MIGUEL COELHO

**PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL  
E NOS PALOP**

*Ancora*  
editora

# INDICE

<b>PREFÁCIO</b>	<b>13</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>PARTE II</b>	
<b>TEORIA DO PARTIDO POLÍTICO</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>ORIGENS E FUNÇÃO DOS PARTIDOS</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>TIPOLOGIAS DOS PARTIDOS</b>	<b>45</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>DA TRANSFORMAÇÃO DOS PARTIDOS <i>CATCH ALL</i></b>	
<b>EM PARTIDOS <i>CARTEL</i></b>	<b>54</b>
<b>Capítulo 4</b>	
<b>MEMBROS DOS PARTIDOS, DIRIGENTES</b>	
<b>E POLÍTICOS PROFISSIONAIS</b>	<b>63</b>
<b>Capítulo 5</b>	
<b>A ANÁLISE TRDIMENSIONAL DOS PARTIDOS</b>	<b>69</b>
<b>Capítulo 6</b>	
<b>SISTEMAS DE PARTIDOS</b>	<b>75</b>
<b>Capítulo 7</b>	
<b>LEI DE FERRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>82</b>
<b>Capítulo 8</b>	
<b>UM PARADIGMA ATUAL</b>	
<b>PARA OS DIRIGENTES PROFISSIONAIS</b>	<b>101</b>

<b>PARTE III</b>	
<b>PARTIDOS POLÍTICOS E MOVIMENTOS EM PORTUGAL</b>	<b>107</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL</b>	<b>108</b>
<b>Capítulo 2</b>	
<b>MOVIMENTOS INDEPENDENTES</b>	
<b>E GRUPOS DE CIDADÃOS ELEITORES</b>	<b>154</b>
<b>PARTE IV</b>	
<b>OS PARTIDOS POLÍTICOS NOS PAÍSES AFRICANOS</b>	
<b>DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA</b>	<b>165</b>
<b>PARTE V</b>	
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>211</b>
<b>PARTE VI</b>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>229</b>
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	<b>243</b>

# PREFACIO

Esta obra de Miguel Coelho, que se segue a “Os Partidos Políticos e o recrutamento do pessoal dirigente em Portugal. O caso do PS e do PPD/PSD” (Lisboa, Europress, 2014), que resultou da sua tese de doutoramento, é uma obra predominantemente pedagógica, uma introdução ao tema do partido político que procura fazer não só um balanço global, o chamado estado da arte, dialogando com os principais teóricos que fizeram escola sobre o tema, de Max Weber a Robert Michels, a Maurice Duverger ou a Giovanni Sartori, de Otto Kirchheimer a Peter Mair ou a Angelo Panebianco, mas também uma rápida incursão pelos partidos políticos portugueses e pelos partidos políticos dos PALOP. Uma viagem pela tipologia dos partidos políticos a partir dos clássicos e dos ângulos de observação essenciais para uma caracterização exaustiva destas formações políticas – origens e função dos partidos políticos, tipos de partidos e de sistemas de partidos, direcção, militância e cidadania, dinâmicas internas, enquanto organizações com fins especiais. O essencial sobre os partidos políticos está presente neste livro, numa primeira parte de carácter mais teórico, sendo a segunda parte uma viagem pelos partidos políticos em Portugal e nos PALOP, com o objectivo de dar a conhecer o panorama partidário no espaço político da lusofonia, sem esquecer os movimentos autárquicos não partidários, em Portugal. O livro termina com uma interessante conclusão que não só resume o essencial do livro, mas também situa a questão partidária actual numa óptica prospectiva e com a posição do autor claramente formulada.

1. O autor foi durante muito tempo deputado e dirigente partidário, mantendo actualmente funções no sistema autárquico numa importante freguesia da Capital. Tem, por isso, um exaustivo conhecimento empírico da realidade partidária, sustentado num longo percurso como activo protagonista que, aliado a um percurso académico que concluiu com um doutoramento em ciência política, a que junta a docência da unidade curricular de partidos políticos na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, que tenho a honra de dirigir, o habilita a propor-nos, com competência, uma visão global sobre os partidos políticos, constituindo, deste modo, um duplo testemunho de alguém que investigou aquilo que representou a principal ocupação da sua vida, a política. Actividade que praticou precisamente a partir de uma clara e assumida posição partidária, com as vantagens que resultam deste facto para um conhecimento mais intenso da realidade

partidária, mas posição que, naturalmente, não importa para o livro como posicionamento teórico de alguém que hoje desempenha as funções de docente e investigador universitário. Se é certo que a experiência enriquece o conhecimento, todavia, ela não o condiciona nem limita na análise científica e na elaboração teórica das conclusões. Esta é, de resto, a condição geral de todos os que trabalham em ciências sociais e humanas, com o duplo estatuto de observados e de observadores, de participantes e de analistas.

2. A questão dos partidos políticos é central na vida política democrática. Por eles passa o recrutamento daqueles que se propõem governar um país. A exclusividade de propositura de candidatos ao Parlamento, no plano nacional, é exemplo desta centralidade. Mas ela também se manifesta como expressão organizada das sensibilidades presentes num país para efeitos de representação no principal órgão de soberania. E também porque foram e continuam a ser a melhor forma encontrada para dar voz política à cidadania, intermediando o processo político que ocorre, como fluxo ininterrupto, entre a cidadania e o Estado, permitindo uma “laicização” integral da vida política e o acesso generalizado da cidadania ao poder. Pode dizer-se, sem medo de errar, que os partidos políticos foram o veículo principal do processo de abertura da política à cidadania durante a progressiva instalação do sufrágio universal e que, por isso mesmo, foram a chave de acesso à democracia e à “laicização” integral da vida política democrática. Numa primeira fase, integrando politicamente a cidadania através da mobilização e da participação por “sentimento de pertença”, por afinidades políticas electivas, por partilha de um mesmo universo de valores políticos e de mundividências. Depois, mobilizando pela politização e pela informação contra a indiferença até à fase em que a generalização da informação, devida ao crescimento e à expansão do sistema mediático, haveria de partilhar a participação política com o “sentimento de pertença”. Ou seja, evoluiu-se para uma participação política da cidadania partilhada entre o “sentimento de pertença” e a informação, o conhecimento. A evolução para os partidos *catch-all* e para os *partidos-cartel*, de que o autor nos fala abundantemente, deixando para trás os velhos *partidos-igreja de massas*, fortemente ideologizados, haveria de atenuar fortemente o referente ideológico (e de classe) e esse “sentimento de pertença”, introduzindo a variável conhecimento-informação na decisão político-eleitoral. Este

desenvolvimento esteve associado à evolução dos sistemas de partidos, a partir dos finais dos anos 40, para a bipolarização e a alternância entre partidos de centro-esquerda e de centro-direita, que ocorreu até aos anos noventa, mas esteve também ligada, naturalmente, ao crescimento e à disseminação da *mass-communication* e das plataformas de comunicação.

O livro procura, pois, descrever, nesta primeira parte, as características globais do panorama partidário, seguindo as pistas deixadas pelos clássicos que acima mencionei e tomando em consideração as transformações entretanto ocorridas.

3. A segunda parte ocupa-se dos partidos políticos em Portugal, fazendo uma rápida leitura do panorama partidário com as categorias que nos propôs na primeira parte. É claro que os dois grandes partidos da alternância, PS e PPD/PSD, não conhecem o desenvolvimento que mereceriam pela sua centralidade no sistema político português, mas o autor já o fizera de forma exaustiva no anterior livro que acima citei, podendo essa análise ser conhecida pela leitura desse livro. O que o autor aqui procura é uma visão global do panorama actual, tendo em conta as recentes alterações, com a entrada no parlamento de três novos partidos nas eleições de 2019 (*Chega*, *Iniciativa Liberal* e *Livre*) e com o reforço da presença do PAN (*Pessoas, Animais e Natureza*) no sistema de partidos português. Uma situação que poderá indiciar, como, de resto, é referido na conclusão, uma progressiva fragmentação do sistema de partidos, em linha com o que tem vindo a acontecer por essa Europa fora. Uma visão, esta, que nos dá o quadro completo, embora resumido, do sistema de partidos português, permitindo, deste modo, conhecer melhor o conjunto das sensibilidades políticas presentes em Portugal, sem esquecer os *movimentos políticos autárquicos não-partidários*, a que dedica um pequeno capítulo.

4. A parte final do livro é dedicada a uma rápida viagem pelo panorama partidário nos PALOP – Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique –, sendo assinalado, e bem, que esta é uma realidade que não deve ser lida com as categorias com que lemos, por exemplo, os sistemas de partidos europeus, pelas características específicas da

realidade africana, de que se destaca, por exemplo, a presença da variável étnica como realidade estruturante do sistema de poder. Por exemplo na Guiné-Bissau, com uma presença significativa de estruturas de poder informal na política nacional. O objectivo do autor, se bem entendo, consiste em fazer uma primeira e rápida abordagem desta realidade para depois evoluir para uma análise mais fina e desenvolvida dos sistemas de partidos dos países africanos de língua oficial portuguesa, em próximo estudo.

5. Na conclusão, Miguel Coelho faz, como disse, uma síntese do livro e avança algumas reflexões que são partilháveis na sua grande maioria. Mas, no meu entendimento, também é verdade que estamos perante uma profunda transformação do panorama partidário na Europa, com a fragmentação progressiva dos sistemas de partidos, tornando mais complexa a formação de maiorias de governo e produzindo fortes efeitos, às vezes disruptivos, sobre a própria identidade dos partidos e sobre a coerência dos programas de governo ou até sobre a estabilidade governativa. Exemplos? Espanha e Itália. E se é verdade que são antigas as leis que determinam a manutenção das elites no poder partidário (R. Michels, V. Pareto ou G. Mosca), também é verdade que no tempo se acentuou uma progressiva tendência endogâmica nos partidos (uma dinâmica autopoietica própria dos subsistemas de poder) e uma tendencial captura do poder institucional pelos directórios partidários (conhecida como partidocracia), o que tem levado a uma reacção da cidadania em duas direcções: a) por um lado, à fragmentação dos sistemas de partidos pela procura de alternativas à oferta estabelecida com o correspondente nascimento de novos partidos; b) por outro lado, uma resposta mais radical, pelo surto de partidos antissistema, conhecidos como partidos populistas, caracterizados, no essencial, pela recusa da intermediação política e da captura do poder pelas elites do *establishment*, quer sejam políticas quer sejam mediáticas, e pela oferta de propostas de natureza carismática ou oracular como forma de devolução do poder ao verdadeiro soberano, o povo. Estas respostas têm, em geral, uma natureza autoritária e soberanista, alinhando no essencial com a velha visão romântica e anti-iluminista da política. Além disso, também é verdade que a emergência da rede veio dar asas a estas forças sobretudo porque têm sabido utilizar a enorme eficácia das redes sociais sobre o comportamento eleitoral individual dos eleitores,

trabalhando a *mass communication*, certamente, mas sobretudo agindo no interior daquela a que Manuel Castells chamou *mass self-communication*, como aconteceu com a famosa Cambridge Analytica: o Brexit e a eleição de Donald Trump. Uma mudança radical, pois, na comunicação política e na luta pelo consenso.

6. A verdade é que a própria noção de poder se está a alterar: por um lado, a emergência de poderosas centrais globais capazes de intervir nas mais variadas situações; por outro lado, a emergência de um *poder diluído* centrado num novo tipo de cidadão que podemos designar por *prosumer* político, produtor e consumidor de informação e de política, alterando radicalmente os processos, ao passarem de uma fase de *exclusividade da intermediação política e comunicacional*, a cargo dos partidos e dos *media*, para uma fase que com ela concorre, ou seja, para uma progressiva *fase de desintermediação da política e da comunicação* a favor da cidadania, agora em condições de aceder ao *espaço público deliberativo* sem passar pelo crivo do *gatekeeping*. Bem sabemos que é tema muito controverso, mas ele está aí com toda a força que têm as TICs, a rede e as redes sociais.

7. No meu entendimento, a questão central é a seguinte: ao mesmo tempo que o sistema representativo e os sistemas de partidos sofrem uma crise de representação, não conseguindo responder às expectativas difusas da cidadania, evoluindo em registo cada vez mais endogâmico, esta, por sua vez, cresceu fortemente não só pela expansão da informação à escala global, mas sobretudo porque dispõe de instrumentos tecnológicos poderosos (as TICs) para intervir na política e na comunicação, dispondo ao mesmo tempo de poderosas plataformas digitais (a que alguém já chama partidos-plataforma) que possibilitam uma eficaz auto-organização e automobilização em concorrência com o *establishment* político e comunicacional tradicional.

O que, na verdade, aqui se verifica é um forte *gap* entre a cidadania e o *establishment* político e comunicacional. E é este *gap* que explica o surto generalizado de partidos populistas e soberanistas antissistema como resposta à crise da representação e à anemia política dos sistemas de



partidos tradicionais, muitos dos quais têm tendido a converter a política em puro *management* e governança.

8. É, pois, urgente promover junto dos protagonistas da política actual o diagnóstico do sistema, começando precisamente pelo estado da arte e detectando os principais problemas que urge resolver para que os velhos sistemas de partidos não sucumbam às mãos de movimentos que certamente não são muito amigos da política democrática. Concordo com o autor sobre a ideia de imprescindibilidade dos partidos políticos, mas considero, como ele, que terá de haver uma profunda reconversão do sistema que consiga restabelecer uma relação efectiva, eficaz e mobilizadora com a cidadania. Alguns falam de *política deliberativa* e de *democracia deliberativa* (por exemplo, Habermas) como meios de eficaz metabolização da cidadania activa no interior dos processos políticos, revitalizando a política e credibilizando o Estado democrático. Eu próprio tendo a sintonizar com esta posição.

Este livro de Miguel Coelho, ao procurar fazer o ponto de situação em matéria de partidos políticos, designadamente em Portugal e nos PALOP, é um interessante contributo para o repensamento do panorama partidário, em geral, mas sobretudo nos países de língua oficial portuguesa.

Lisboa, fevereiro de 2020

*João de Almeida Santos*